

Delegados exonerados

» LUIZ CALCAGNO

Ao exonerar funcionários comissionados do Governo do Distrito Federal, o governador Agnelo Queiroz (PT) acabou atingindo delegados-chefes e adjuntos, coordenadores e diretores de departamentos da Polícia Civil (PCDF). O decreto, um dos primeiros assinados por Agnelo como governador, ainda no último dia 1º, incluiu nas exonerações cerca de 800 servidores e desestruturou a hierarquia policial em diversas unidades policiais. O golpe, no entanto, não teria sido proposital nem uma preparação para a dança das cadeiras com a mudança de gestão. A direção da corporação pediu ontem que o GDF excluísse da norma publicada no *Diário Oficial do DF* (DODF) os cargos de natureza especial, em comissões e ocupantes de funções de confiança, o que resolveria o problema. Apesar do abalo, o atendimento nas delegacias segue normalmente.

Na redação do documento, o governador excluiu apenas titulares de cargos da Coordenação do *Diário Oficial*, da Procuradoria-Geral do DF ou que estejam “em gozo de licença-maternidade, auxílio-doença ou licença para tratar da própria saúde”. “O decreto, talvez, não tenha alcançado o objetivo que pretendia, de atingir os cargos em comissão que não têm vínculo com o Estado. Mas aplaudimos a linha de enxugamento da máquina pública seguida pelo governo”, afirmou o diretor do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindep-DF), Benito Tiezzi.

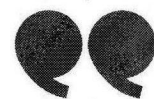
Como os delegados são servidores concursados, continuam a trabalhar na delegacia, mas oficialmente não têm mais a função de chefia. De acordo com o texto do decreto, quem assume o cargo é o servidor mais antigo na unidade “entre aqueles de cargo para o qual se exige

Kleber Lima/CB/D.A Press - 11/5/09



Fachada da 12ª DP, em Taguatinga Centro: o funcionamento foi normal, e a delegada-titular, Vera Lúcia da Silva, continua atendendo como chefe

Valério Ayres/Esp. CB/D.A Press - 1/9/10



No nosso caso, também sou o mais antigo da unidade, então, mesmo com a exoneração, tudo se manteve como antes”

Jeferson Lisboa,
delegado-chefe da 4ª DP (Guará)

Economia

O Decreto nº 32.715, de 1º de janeiro de 2011, publicado em uma edição especial do DODF, enxugou os gastos da máquina pública ao exonerar titulares de cargos comissionados, de natureza especial e de confiança. A norma já congelou cerca de 6 mil postos do GDF, mas o número identificado de funcionário nesses cargos já está em 18,5 mil.

800

Número estimado de delegados-chefes e adjuntos, coordenadores e diretores de departamentos da Polícia Civil que acabaram exonerados das funções

Pública, Daniel Lorenz enviou minuta para o governador pedindo para retirar a Polícia Civil do decreto. Segundo fontes do GDF, o governo também teria acenado no sentido de retificar o decreto em breve. Segundo o diretor de Comunicação da Polícia Civil, Marco César Sousa, a corporação espera a regularização. “Com a alteração, tudo voltará ao normal”, afirmou.

Expediente

O Distrito Federal conta atualmente com 31 delegacias circunscriçionais. O *Correio* esteve ontem na 4ª DP (Guará) e na 12ª DP (Taguatinga Centro). Jeferson Lisboa, que ocupava o cargo de delegado-chefe da unidade do Guará, garantiu à reportagem que os trabalhos não se alteraram com o decreto. “No nosso caso, também sou o mais antigo da unidade, então, mesmo com a exoneração, tudo se manteve como antes”, explicou.

A delegada Vera Lúcia da Silva, chefe da 12ª DP (Taguatinga Centro) até 1º de janeiro deste ano, pelo menos, também assegurou que tudo correu normalmente. “O decreto não influenciou em nada. Continuo como chefe da DP mesmo não sendo a funcionária mais antiga”, disse.

maior escolaridade”. A regra garante que delegacias e departamentos não parem de funcionar, mesmo com a hierarquia comprometida. Para Tiezzi, no entanto, o trabalho fica mais difícil nessas condições. “É necessário que tenhamos uma chefia estabelecida para que a polícia — calcada em um sistema hierárquico — opere”, disse o sindicalista.

O Sindep acionou a direção da Polícia Civil pedindo que a corporação se ajustasse como exceção no decreto. Tiezzi também falou sobre implicações da exoneração no trabalho: “Ninguém vai parar por conta disso, mas os entraves ocorrem. Quem é o corregedor, caso haja um problema? Nenhum policial vai deixar de cumprir sua missão. Em tese, só o delegado-chefe pode instaurar inquérito por portaria, mas quem é ele?”

Novo secretário de Segurança